

GAZETA MERCANTIL

Sexta-feira, 3 de julho de 1992

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy
Diretores Vice-Presidetes
Henrique Alves de Araújo
Roberto Müller Filho
Roberto de Souza Ayres
José Andretto Filho

Página 4

Há um encadeamento de fatos que justifica a expectativa de que a economia poderá voltar a crescer moderadamente neste segundo semestre, permitindo que a inflação se desacelere. Com o reforço que receberão as receitas federais, haverá mais folga de caixa, inclusive porque as despesas deverão baixar. Com o fim das liberações de cruzados novos no mês de agosto, proporcionando um alívio ao Tesouro do equivalente a US\$ 1,5 bilhão por mês, o governo pode programar melhor seus gastos, reduzindo-os em termos reais em relação ao que fora projetado, mas sem cortes violentos ditados pela falta de disponibilidade financeira.

Ninguém imagina que a inflação seja dominada ainda neste exercício. Na melhor das possibilidades, ela fecharia o ano um pouco abaixo de dois dígitos ao mês, o que já seria um ganho significativo, mas que não representaria ainda a almejada vitória. Um ajuste fiscal de emergência, tal como sugerido pelo Conselho Superior de Economia da FIESP, seria uma substancial ajuda nesta fase, mas, como tem insistido com razão o governo, sómente com uma reformulação ampla, a vigo-

Com Brasil

Reaquecimento sob medida

rar a partir de 1993, nos moldes do projeto original entregue pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, ao presidente da República, é que se poderá articular uma política capaz de cortar a inflação pela raiz.

Ainda há um longo e áspero caminho a ser percorrido, mas já surgem indicações de que o período mais duro de contenção poderá estar sendo ultrapassado. Um levantamento realizado pelo professor Cláudio Contador, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), indica recuperação em dezenove setores industriais, o que se reflete no aumento da produção de aço e no consumo de energia elétrica. Esses dados, citados pelo ministro da Economia, encontram correspondência em estudo elaborado pela Secretaria Nacional de Política Econômica.

Como previam economistas, essa reativação tem sido impulsionada principalmente pela exportação. O setor externo deve continuar a puxar o desempenho industrial, mas

espera-se que também o mercado interno venha a reagir mais positivamente de agora em diante. Nesse sentido, a renovação, até o fim do ano, do acordo que reduziu em abril os preços dos veículos pode ter um papel muito significativo, não apenas pelo peso do setor automobilístico em si, cujas vendas foram desempenhadas pela nova regulamentação dos consórcios. A renovação do acordo resgata a esperança de que outros entendimentos do mesmo tipo possam viabilizar-se em futuro próximo através da atuação das câmaras setoriais, sofrendo as altas de preços e incentivando o consumo de bens duráveis.

Ainda que o crédito ao consumidor continue caro e os níveis de renda dos assalariados não apresentem ganhos efetivos, já se percebe uma movimentação por parte das instituições financeiras com vistas a uma retomada mais firme dessa modalidade de operação a médio prazo. A atitude das instituições é naturalmente cautelosa enquanto o mercado não

se definir, mas elas procuram preparar-se para um reaquecimento sob medida.

Não é mais do que isso que deseja o governo, por sinal. O ministro Marques Moreira fala em elevação da oferta de emprego e em fim do ciclo recessivo, mas a política econômica exclui a possibilidade de uma expansão mais pronunciada. O que se deseja é um nível de crescimento que permita ocupar gradualmente a grande capacidade ociosa existente, sem gerar repercussões inflacionárias.

De qualquer forma, a constatação é de que a economia não está sendo adversamente afetada pela crise política, como se antecipava. Verifica-se, inclusive, que as cotações dos títulos brasileiros negociados no mercado secundário — os DFA —, depois de uma queda que rendeu notícias de primeira página, vêm se elevando. Essa alta está diretamente relacionada com a conclusão do acordo do governo brasileiro com os bancos credores privados, prevista para os próximos dias.

O fechamento do ciclo de renegociação da dívida externa, não nos esqueçamos, é outro fator que contribuirá para consolidar a estabilização.